

**MANIFESTO ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS  
REGIÃO ALGARVE  
Sociedade Ponto Verde**

As eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025 serão um marco decisivo para a afirmação de políticas sustentáveis nos territórios. Num tempo em que se intensificam os desafios ambientais, sociais e económicos, é nas soluções locais — mais próximas das pessoas e do quotidiano — que reside uma parte essencial da resposta. Sendo o território do Algarve marcado pela forte sazonalidade, devido à forte afluência de turistas, a gestão de resíduos exige soluções inovadoras e ajustadas à realidade regional.

Deste modo, é necessário assumir que a economia circular e a sustentabilidade não são conceitos abstratos, e abordá-los como compromissos exigentes que as autarquias estão chamadas a concretizar.

Para tal, os representantes autárquicos que forem eleitos terão um papel determinante na implementação de soluções locais para os grandes desafios da sustentabilidade, desde logo na gestão de resíduos — com destaque para o cumprimento das metas comunitárias para a reciclagem de resíduos de embalagens.

Num momento em que a sustentabilidade do planeta e o desafio ambiental se configuram como desafios centrais para as próximas décadas, é imperativo agir de forma determinada e eficaz — concretamente a nível local. A Sociedade Ponto Verde entende ser sua responsabilidade ser parte da solução, apresentando propostas concretas que permitam às autarquias contribuir para os objetivos nacionais e europeus, em particular no setor dos resíduos, da reciclagem e da economia circular.

O cumprimento das metas de reciclagem previstas para 2030 é um desafio de enorme complexidade, sobretudo quando considerado o ponto de partida. Assim, neste manifesto propomos um conjunto de ações e princípios fundamentais que entendemos ser relevantes para a definição das políticas públicas que venham a ser desenhadas e implementadas nos próximos anos.

Neste âmbito, o Governo decidiu reforçar o financiamento do SIGRE, a partir de 2025, o que deve ser encarado como uma oportunidade única para transformar o serviço público prestado aos cidadãos.

Com 219 milhões de euros previstos para 2025 — mais 99 milhões do que em 2024 —, os autarcas passam a ter uma responsabilidade acrescida: a de garantir que este investimento sem precedentes se traduz em resultados concretos, melhor serviço, mais qualidade de vida e maior justiça ambiental.

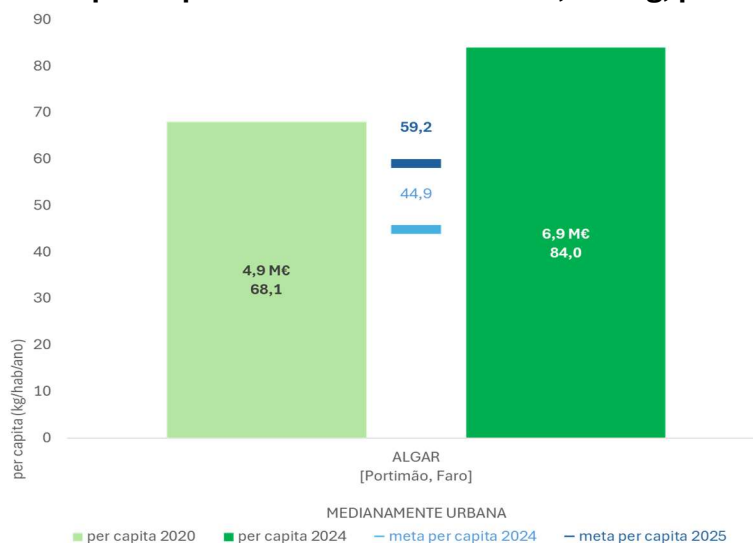
Num tempo em que os desafios ambientais, sociais e económicos se intensificam, é ao nível local que mais se pode fazer. Os municípios não são apenas peças da engrenagem institucional — são decisores com impacto direto na vida quotidiana das pessoas. A economia circular e a sustentabilidade deixam de ser conceitos abstratos e tornam-se compromissos reais que exigem liderança, responsabilidade e visão política.

É nesse espírito que a Sociedade Ponto Verde apresenta este manifesto, com um conjunto de propostas concretas e princípios orientadores para a próxima década da política local de gestão de resíduos.

### ONDE ESTAMOS NA REGIÃO DO ALGARVE?

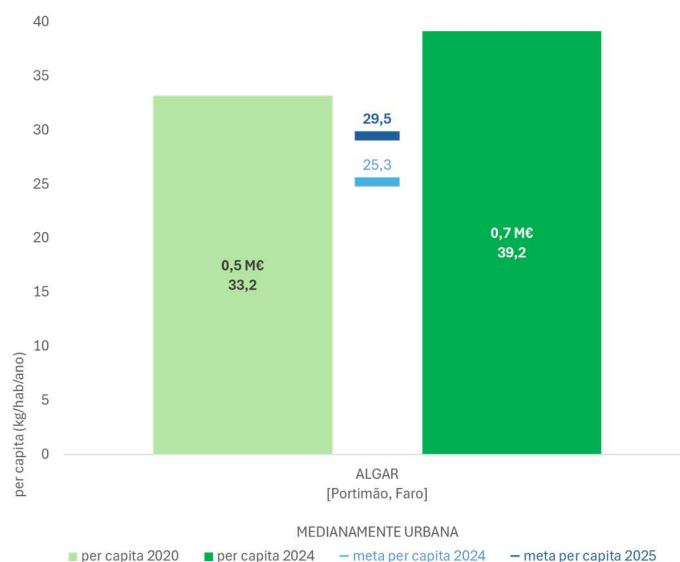
A região do Algarve, que é servida por um SGRU apenas, tem apresentado desenvolvimentos consideráveis no desafio do cumprimento das metas europeias para a reciclagem de resíduos de embalagens. A retoma *per capita* da região, em 2024 (68,1 kg/ano), encontra-se acima da meta *per capita* estipulada para 2025 (59,2 kg/ano). Ademais, entre 2020 e 2024, a retoma *per capita* da região registou um aumento de 23%. Ainda assim, é importante ressaltar que, no mesmo período, se registou um aumento significativo dos VC pagos aos SGRU, de 4,9 milhões de euros, em 2020, para 6,9 milhões de euros, em 2024, ou seja, um aumento na ordem dos 40%.

### Retoma per capita de todos os materiais, em Kg, por SGRU



No mesmo sentido, a situação do fluxo específico da selectiva de vidro – situação mais alarmante a nível nacional –, também nos confrontamos com resultados positivos, no que concerne à retoma *per capita*. Nesta região, entre 2020 e 2024, o aumento da retoma do vidro cifou-se em 18% - de 33,2 kg/habitante, em 2020, para 39,2 kg/habitante, em 2024 –, sendo um crescimento ligeiramente inferior ao do que se verificou para os outros materiais. Com estes valores, a retoma de embalagens de vidro *per capita* na região encontra-se acima da meta para 2025. Importante é também realçar que este crescimento de 18% da retoma *per capita* foi acompanhado de um aumento dos valores de contrapartida em 35%, o que não é um crescimento despidendo.

### Retoma de embalagens de vidro per capita, em Kg, por SGRU



Contudo, é importante notar que estes resultados aparentemente positivos e animadores são empolados pelo efeito da população flutuante, devido à forte influência do turismo em determinadas alturas do ano. Deste modo, a forte sazonalidade que caracteriza o Algarve cria resultados *per capita* muito díspares dos que se verificam no resto do país.

Em 2024, a taxa de retoma de embalagens foi de 58,6%. Tendo em consideração que, para 2025, a meta é 65%, fica notório que Portugal ainda se encontra consideravelmente atrasado no cumprimento destas metas. Analisando os dados de 2025, constatamos que o aumento na taxa de retoma face a 2024 foi de apenas 2%, apesar de, só no primeiro semestre deste ano, terem sido investidos 95 milhões de euros — um crescimento de 76,6% face ao período homólogo. No caso do vidro, verificou-se mesmo uma quebra de 1%, o que corresponde a menos 1.300 toneladas recicladas e a menos 800 toneladas de retomas globais.

Este desfasamento entre investimento e resultados evidencia que os problemas do setor não se resolvem apenas com mais dinheiro. Exigem reformas estruturais, uma gestão mais eficaz e uma aposta clara na melhoria do serviço ao cidadão.

Apesar do reforço financeiro do SIGRE, Portugal enfrenta o risco de falhar os novos objetivos europeus de reciclagem de resíduos urbanos em 2025 — depois de já ter falhado a meta de 50% em 2020. O Reexame da Aplicação da Política Ambiental da Comissão Europeia (2025) alerta para falhas persistentes, nomeadamente na gestão de resíduos e na transição para uma economia circular. Os instrumentos de planeamento existem — como o PERSU 2030 e o PNGR 2030 —, mas falta execução.

Em comparação com outros países da UE, Portugal continua a meio da tabela. A taxa de recuperação de embalagens em 2022 foi de 61%, bem abaixo da Bélgica (99,1%), Finlândia ou Alemanha. Esta distância mostra que há um caminho a fazer — e que as boas práticas europeias (recolha porta-a-porta, sistemas de depósito com retorno, logística eficiente) ainda não estão consolidadas no nosso país.

No caso dos aterros sanitários, a pressão é crescente. Atualmente, apenas 13 dos 35 existentes mantêm mais de 20% da sua capacidade licenciada disponível, e nove enfrentam um cenário de esgotamento total nos próximos dois anos. Estes números mostram que a resposta nos investimentos e nas operações dada até agora tem sido insuficiente para travar a pressão sobre o sistema.

Por outro lado, continuam a existir fluxos de resíduos com fraca valorização. Destacam-se, entre outros, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e, com maior impacto, os biorresíduos — que representam 40% da produção urbana e continuam a ser maioritariamente enviados para aterro.

Apesar dos avanços, a transição para uma economia circular continua a ser o desafio estrutural mais exigente. Barreiras normativas, económicas e culturais ainda dificultam a construção de um modelo em que os materiais sejam reaproveitados, o valor retido e o impacto ambiental substancialmente reduzido.

Este esforço financeiro só terá legitimidade se gerar uma melhoria visível na operação local e o significativo aumento do investimento em 2025 ainda não trouxe os resultados necessários, ou seja, mais dinheiro no sistema não fez aumentar a reciclagem para cumprir as metas Europeias. Mais do que objetivos longínquos, é essencial começar pelo básico: colocar mais ecopontos, garantir a sua limpeza e

conservação, aumentar a frequência das recolhas. Há ainda demasiados pontos de deposição cheios ou mal mantidos, o que compromete todo o sistema.

Ao mesmo tempo, é urgente envolver os cidadãos e premiar comportamentos responsáveis. A gestão de resíduos não pode continuar a ser vista como um problema técnico — é uma questão de cidadania, equidade e compromisso com o futuro.

## **O QUE PROPOMOS**

A seguir, apresentamos um conjunto de eixos prioritários que consideramos essenciais para transformar a gestão de resíduos num verdadeiro motor de sustentabilidade ao nível local.

### 1. Melhor serviço ao cidadão

- a) Reforçar a colocação de ecopontos, de forma estratégica e acessível, garantindo a limpeza, manutenção e funcionalidade dos equipamentos, especialmente em locais de maior pressão turística;
- b) Aumentar a frequência das recolhas, sobretudo em áreas de maior pressão turística e urbana;
- c) Reforçar a capacitação operacional dos sistemas municipais e multimunicipais.
- d) Reforçar pontos de recolha em áreas urbanas e criar soluções porta-a-porta em meios mais densos.

### 2. Inovação tecnológica ao serviço da eficiência

- a) Investir em tecnologia útil, como sensores de enchimento, rotas inteligentes e sistemas automáticos de triagem;

### 3. Cidadãos mais envolvidos e reconhecidos

- a) Implementar sistemas PAYT, ajustando o custo à produção de resíduos indiferenciados;
- b) Criar mecanismos de recompensa para quem separa corretamente os resíduos;
- c) Desenvolver programas de devolução para embalagens reutilizáveis.

### 4. Economia circular aplicada

- a) Integrar princípios da circularidade nos processos produtivos locais e estimular a reutilização de materiais e componentes, substituindo os não recicláveis;
- c) Apoiar cadeias de produção mais sustentáveis e regionais.

### 5. Educação e literacia ambiental

- a) Reforçar campanhas de sensibilização com escolas, autarquias, ONGs e redes comunitárias;

b) Promover hábitos de consumo responsáveis, em proximidade com os territórios.

#### 6. Financiamento claro e eficiente

a) Rever o modelo de financiamento com base em dados reais e necessidades do setor;

b) Garantir previsibilidade contratual e legislativa, permitindo planeamento e investimento de longo prazo;

c) Salvar os equilíbrios entre produtores, SGRUs, municípios e cidadãos.

#### 7. Regime de RAP

a) Incluir, como requisitos mínimos da RAP, garantias de nível de qualidade de serviço dos operadores de gestão de resíduos, designadamente dos que operam em regime de exclusividade de serviço público.

b) Garantir um modelo transparente, proporcional e participado na definição dos custos suportados pelos produtores.

### **CONCLUSÃO**

O Algarve parte de uma posição de cumprimento formal das metas, mas enfrenta o desafio adicional de gerir um sistema sujeito a grande pressão sazonal. O investimento reforçado no setor dos resíduos deve traduzir-se em maior eficácia, melhor serviço e maior proximidade.

A gestão de resíduos — em particular a recolha seletiva do vidro e dos biorresíduos — deve ocupar um lugar central na agenda política regional. O futuro do Algarve depende da capacidade de transformar investimento em resultados consistentes, ajustados à sua realidade singular e que contribuam para o aumento da qualidade de vida, para o desenvolvimento dos territórios e para um melhor serviços ao cidadão.

A Sociedade Ponto Verde compromete-se a ser parceira ativa deste processo, para que o Algarve possa afirmar-se como um exemplo de sustentabilidade, inovação e qualidade de vida.

**Glossário:**

VC: Valores de Contrapartida

VPV: Valores Ponto Verde

SGRU: Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos

SIGRE: Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens

PERSU: Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

PERNU: Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos

PNGR: Plano Nacional de Gestão de Resíduos

PAYT: Pay As You Throw

RAP: Responsabilidade Alargada do Produtor